

## 1945 SUMOC SURGE COMO EMBRIÃO DO BANCO CENTRAL

O Decreto-lei 7.293/1945, que criou a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), tinha como referência a ratificação dos Tratados de Bretton Woods, que criaram o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. O decreto estabelecia preparativos para a criação do Banco Central, e entregava esta responsabilidade ao maior inimigo “institucional” do BC – o Banco do Brasil.

O Banco do Brasil atuava como o banco comercial do governo, e tinha atribuições de banco central que não parecia disposto a abandonar, como a emissão de moeda e o monopólio do controle cambial. O que se conseguiu fazer na ocasião foi apenas isolar a formulação de diretrizes nesses assuntos na Sumoc, mas o Banco do Brasil permanecia responsável pela operação.

Uma interpretação benevolente colocaria a Sumoc como embrião do BC. Mais realista, porém, seria enxergá-la como um expediente que permitiu ao Banco do Brasil – e genericamente aos inimigos da disciplina monetária – adiar o quanto foi possível a formação do Banco Central do Brasil.

O fato é que a Sumoc existiu dentro do Banco do Brasil durante vinte anos, e não teve sucesso durante todo este tempo em cumprir sua missão.

No período entre a criação da Sumoc, em 1945, e a Lei 4.595, de 1965, que criou o Banco Central, pelo menos duas dúzias de projetos, substitutivos e diferentes propostas de criação de um banco central tramitaram sem sucesso pelo Congresso. A razão mais aparente para esta fortíssima resistên-

cia foi a atuação corporativista da “bancada” do Banco do Brasil, mas será mais exato admitir que o desenvolvimentismo, em suas inúmeras manifestações, era o grande inimigo da disciplina monetária que o novo BC viria a corporificar. De um jeito ou de outro, a Sumoc acabou sendo um expediente para procrastinar o que já devia ter sido feito nos anos vinte ou trinta.

Indiscutivelmente, o Brasil demorou muito mais que qualquer outro país emergente para criar seu banco central. Deveria tê-lo feito nos anos vinte, a exemplo do restante dos países latino-americanos – na Europa, a maior parte dos bancos centrais é do século XVIII ou XIX. Este atraso alimentou um viés pró-inflação que viria a degenerar, anos mais tarde, na tragédia hiperinflacionária dos anos 80.

Note-se, ademais, que o Banco Central do Brasil, criado em 1965, no início do governo militar, nasce com uma espécie de vínculo de subordinação com o Banco do Brasil, que permanece vivo pelo menos até 1986. Trata-se da chamada “conta-movimento”, expediente que permitia ao BB creditar-se no BC de qualquer quantia relacionada a atividades próprias da União ou para fins de políticas públicas. A subordinação do BC ao BB, colocou o Brasil numa posição de atraso relativamente ao que se passava no resto do mundo em matéria de organização das instituições monetárias.

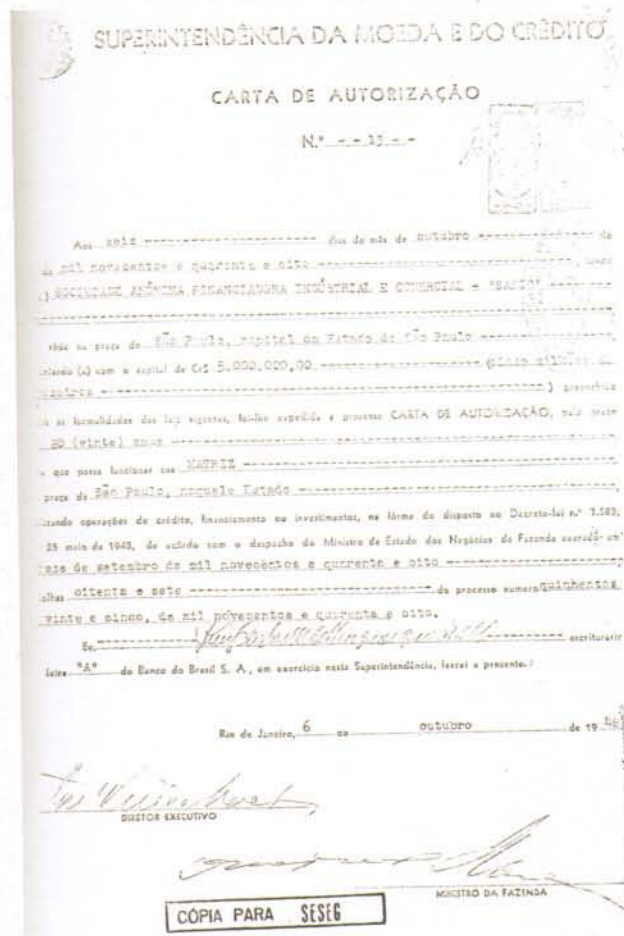
Não é exagerado dizer que talvez só a partir de 1986, com o fim da “conta-movimento” pas-

samos a ter um BC que mereça esta designação. Mesmo assim, com ressalvas, já que continuaram a funcionar bancos estaduais e federais que, frequentemente, quebravam e socorriam-se no BC. Só mais recentemente, depois do Plano Real, pode-se dizer que o BC se estruturou completamente como banco central moderno, embora também seja certo afirmar-se que ainda não comple-

tou a transição para a sua maturidade. Ou seja, em essência, a Sumoc foi talvez uma vida intra-uterina de uma instituição cujo “parto” foi incredivelmente prolongado e cujo amadurecimento tem sido sistematicamente combatido.

**Gustavo H. B. Franco**

ECONOMISTA E EX-PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL



CARTA DE AUTORIZAÇÃO EXPEDIDA PELA SUMOC, EM 1948